



XVI SEUR

Território e globalização do capital: alguns apontamentos para o debate teórico

Henrique Müller Priebbernow, UFPel, henriquempo@hotmail.com

Resumo

Este texto tem por objetivo suscitar algumas reflexões para o debate teórico em torno da noção de território, bem como do processo de globalização do capital, seus desdobramentos e consequências. A metodologia utilizada para sua elaboração pautou-se em uma pesquisa bibliográfica a partir de referenciais teóricos de Claude Raffestin, Milton Santos, Maria Laura Silveira e Octavio Ianni. Entre os principais apontamentos levantados, sobreleva-se que a conceituação de território sobrevém ao de espaço, uma vez que o primeiro nasce quando atores sociais hegemônicos e não hegemônicos atuam no segundo, em uma perspectiva marcada pela correlação de forças. Também que, dada a expansão das lógicas capitalistas de produção pelo globo, as quais possuem formas próprias de operação, inúmeros lugares acabam sendo sucumbidos para atender aos interesses do próprio capital, ainda que, frente a isso, movimentos de resistência e solidariedade acabam surgindo, numa clara contraposição às lógicas que se querem homogeneizantes.

Palavras-chave: Território; Globalização; Capital.

1. Introdução

A construção do pensamento geográfico tal como a conhecemos e a definição das categorias de análise desta ciência datam de um período histórico bastante recente do ponto de vista de outras áreas do conhecimento humano, ou seja, do final do século XIX. Isso permite pensar que, uma vez estabelecidos os conceitos-chave que balizam e dão suporte, teórico e metodológico, para as análises em Geografia, os mesmos estão em permanente uso e discussão.

Neste sentido, para o presente trabalho, que objetiva suscitar algumas reflexões acerca do processo de globalização e dos seus desdobramentos, buscou-se tomar como base o conceito de território. Esta escolha se deu porque, a partir do mesmo, é possível delinear tudo aquilo que ocorre, dada a expansão do capital e sua reprodução, em diferentes espaços na escala planetária.



Tão logo, o texto inicia com uma breve discussão conceitual acerca da categoria de território, buscando, na origem do termo, a sua elucidação. Depois, com maior ênfase, traz-se à tona a questão do processo de globalização do capital, sua dinamização pelo mundo e as consequências que a sua atuação produz para as sociedades humanas contemporâneas. Mencionando, brevemente, no final, a oposição em formas de resistências que acabam sendo criadas frente à expansão deste movimento do modelo capitalista de produção.

2. Metodologia

Metodologicamente, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, a qual “[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas” (BOCCATO, 2006, p. 266). Como aporte teórico do campo da Geografia, destacam-se Raffestin (1993), Santos (1994) e Silveira (2011) e da Sociologia, Ianni (1996), os quais foram utilizados para a concatenação da argumentação neste texto desenvolvida.

3. Desenvolvimento

No limiar deste texto, é possível pensar que a noção de território, em toda a sua complexidade, não pode ser confundida com a de espaço. Dentro desta perspectiva e à luz da definição deste conceito, Claude Raffestin coloca que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Pode-se dizer, portanto, que o território é posterior ao espaço, pois a sua conformação é atribuída pela ação de algum elemento já pensado ou programado. Sendo assim, a apropriação de um espaço qualquer junto de uma ação pensada e intencional, delimita um território, ou, nos termos do autor, “territorializa” o espaço.

Tal noção, uma vez assim definida, implica que toda conformação territorial está imbuída de relações de poder. A construção desse poder não se dá mediante processos naturais, evidentemente. Pelo contrário, ele nasce a partir da intenção de domínio de um sujeito ou instituição sobre dado espaço, carregado, todavia, de interesses diversos.



Logo, nesta linha de raciocínio, “[...] falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (RAFFESTIN, 1993, 153).

Ainda, nas palavras de Raffestin:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e consequentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sociais sintagmáticos que “produzem” o território. [...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem “territórios”. (RAFFESTIN, 1993, p. 152)

Neste sentido, já é possível entender que o território é um constructo de agentes, daí poder falar em produção do território ou produção territorial. Se o território é, pois, produzido, isto significa que, implícita ou explicitamente, existem agentes, ligados a interesses diversos, conformando o território produzido.

Em vastos casos, o território é produzido por algum interesse seja posto em prática, o qual pode estar ligado a um agente público (no caso do Estado) ou a um agente privado (no caso dos conglomerados transnacionais). Deste modo, com a consecução de determinado agente, é que se manifesta a produção territorial, quase sempre responsável por levar adiante a reprodução das lógicas capitalistas de produção.

Uma vez estabelecida a discussão em torno da noção de território, traz-se à tona a ideia da internacionalização do capital que, por via de regra, cria territórios para que ele possa se reproduzir em suas mais variadas facetas. Correlato a isso, na era da chamada globalização do capital, é visto que o local acaba sendo influenciado e coagido pelo global e, o que antes parecia se concentrar num dado ponto do espaço, hoje está disperso em vários outros lugares.

Logo, é fundamental ater-se que a internacionalização do capital

Intensificou-se e generalizou-se o processo de dispersão geográfica da produção, ou das forças produtivas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão do trabalho social, o planejamento e o mercado (IANNI, 1996, p. 47).

Na prática, empresas com grandes estruturas de produção acabam ultrapassando as suas fronteiras de origem para se instalar em outras localidades. Esta dispersão geográfica ocorre, sobretudo, quando a capacidade técnica e produtiva de um dado lugar se esgota ou demanda, mediante o que é produzido, novos lugares.

No mesmo sentido, é comum, também, que essa dispersão pelo globo se dê pelas facilidades que os Estados concedem, na forma de isenções fiscais ou, conjuntamente, pela



rasa e incipiente fiscalização que este mesmo agente tem no tocante à legislação ambiental de onde a empresa, por exemplo, poderá se instalar.

Vale lembrar que, no contexto deste processo, dado aquilo que as empresas requerem, pode ocorrer que as forças produtivas se adaptem para atender uma especificidade apenas, formando, assim, especializações territoriais (SILVEIRA, 2011). Em outras palavras,

Com a globalização e as exigências do mercado global, algumas áreas do país acabam por consagrarse a atividades mais competitivas, ligadas ou não à exportação, indispensáveis ao circuito total da produção. As condições nelas presentes, ou que podem ser adrede introduzidas, favorecem uma rentabilidade maior a certas atividades ou produtos, recomendando a instalação das respectivas mais exigentes de produtividade. (SILVEIRA, 2011, p. 7)

Esta dinâmica cria e recria lugares e territórios, altera as relações de trabalho, muitas vezes precarizando as mesmas, além, é claro, de modificar totalmente o ambiente de origem no qual a empresa se instala. Com isso, é evidente que novos arranjos territoriais e sociais são criados, objetivando atender as demandas do mercado, porque “quando se mundializa o capital produtivo, mundializam-se as forças produtivas e as relações de produção” (IANNI, 1996, p. 53).

Com efeito, a dinamização do processo de globalização cria a impressão de que todos os espaços são homogeneizados para atender as necessidades do capital. Tem-se, assim, a ideia de que o global se sobrepõe ao local e este, por sua vez, é sucumbido pelas forças produtivas hegemônicas.

Por assim ser, a globalização que, em seu cerne, quebra determinados arranjos e fomenta novos e outros rearranjos no espaço, busca consolidar e perpetuar a idealização de um tempo único, associado a tão-somente uma forma de consecução, isto é, aquela imposta pelos interesses do modo de produção capitalista. Todavia, ocorre que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares” (SANTOS, 1994, p. 31).

Assim, pensar na existência de um único e exclusivo espaço mundial não faz sentido, já que cada um dos lugares do globo, ao mesmo tempo que sofre as influências das lógicas do processo de expansão do capital, também impõe as suas formas específicas. É por isso, portanto, que são as pessoas e os lugares que se globalizam, como lembra o autor acima supracitado.



Quanto à questão do tempo, na verdade “o que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemônicas, ou hegemonizadas” (SANTOS, 1994, p. 31). Deste modo, a temporalidade hegemônica é aquela consubstanciada pelos interesses dos atores sociais hegemônicos no processo expansivo do capital, sendo, portanto, um tempo rápido. Por sua vez, a temporalidade não hegemônica é submetida pela primeira, mais lenta e menos expressa.

É salutar lembrar que, no deslocamento do capital produtivo para novos lugares do planeta, este leva consigo, também, as forças produtivas e as relações de produção (IANNI, 1996). E, por assim ser:

Quando se dá a internacionalização propriamente dita do capital, este desloca-se das nações, dos subsistemas econômicos nacionais. Ainda que guarde alguns traços importantes de sua origem ou enraizamento nacional, adquire significados que transcendem as fronteiras desta ou daquela nação. (IANNI, 1996, p. 56)

Nesta mesma linha de raciocínio, Octavio Ianni nota que, no

[...] capitalismo, como produto e condição da ampla e generalizada racionalização do mundo, logo se impõe ou sobrepõe às mais diversas formas de organização da vida social. Tanto pode conviver como absorver, tanto modificar como recriar as mais diferentes modalidades de organização social do trabalho e da produção (IANNI, 1996, p. 120).

E reitera, como consequência, que

As formações sócio-culturais de tribos e clãs, nações e nacionalidades, províncias e regiões, muitas vezes sedimentadas por séculos de história, tradições e mitos, tudo pode ser alterado, abalado, mutilado ou recriado pelas relações, processos e estruturas que constituem a organização e a dinâmica do capitalismo como processo civilizatório (IANNI, 1996, p. 120).

Ademais, dada toda a dinamização do processo de globalização do capital nos diversos e diferentes espaços que ele atua, cria e recria e suas inerentes consequências para a vida social e cultural dos povos e lugares por ele atingidos, é profícuo sublinhar que formas de solidariedade e cooperação são criadas para resistir frente ao que ele deseja. Tais formas externalizam um movimento de resistência legítimo, guardando, ainda que de modo tímido, as heterogeneidades das localidades pelo planeta afora.

4. Conclusão

Na busca por uma elucidação teórica acerca da noção de território, um dos cinco conceitos-chave que norteiam as análises, estudos e sistematizações na produção do



conhecimento geográfico, vimos que este é anterior à ideia de espaço e nasce, portanto, quando atores sociais, hegemônicos ou não, atuam sobre uma dada porção do espaço. Nesta atuação, que, como visto, “territorializa” o espaço, podem estar vinculados interesses de diversas naturezas, sejam eles ligados ao agente público, na figura da instituição do poder estatal, ou de agentes privados, visando, sobretudo, a reprodução do capital, na de empresas privadas.

A despeito do processo de globalização do capital, nota-se que este possui formas diferentes de operação nos diversos e diferentes espaços que toma como seu. Em um processo que, de acordo com a sua lógica interna, visa homogeneizar os lugares, as culturas e os padrões de vida existentes, colocando apenas a sua vontade como máxima, o tempo também acaba sendo alterado. Deste modo, cria-se o tempo dos rápidos, ligados àqueles atores hegemônicos e o tempo dos lentos, que é estabelecido mediante o primeiro.

Embora o capital, mediante a sua expansão à várias partes do globo, modifica os lugares de acordo com a sua lógica, ele também acaba se defrontando com as forças de resistência dos lugares a que deseja se instalar. E, nesta contraposição ao mesmo, lugares, povos diversos e milenares e culturas seculares, num movimento de solidariedade, contrapõe-se ao mesmo, de modo que criam e estabelecem processos, relações e estruturas legítimas.

Referências

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**: Bauru, XV-vol XV-janeiro/dezembro, 2011.